



ATA DA QUINQUAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Sessenta e Seis da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 20 e 21/2023, do Poder Executivo; Ofício nº 211/2023, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 380/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Ofício nº 316/2023, do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 394 e 395/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 692/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; ofício do Sindicato dos Fiscais de Obras Públicas de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.15/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira, Pedro Kemp, Lia Nogueira, Mara Caseiro, João César Mattogrosso, Antonio Vaz, Junior Mochi, Lucas de Lima, Gleice Jane, Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Renato Câmara, João Henrique, Pedrossian Neto e Lidio Lopes. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedrossian Neto e Mara Caseiro. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 7/2023, de autoria do Ministério Público; Projeto de Lei nº 154/2023, de autoria do Ministério Público; Projeto de Lei nº 175/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 156/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares; Projeto de Lei nº 162/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçadas aos familiares de Milton Fonseca Cavalcante e Dalila Nodari Bilibio; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares de Maria Pinto Capiberibe Saldanha; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao primeiro-sargento da Polícia Militar Luís Claudio da Silva Dias, à terceiro-sargento da Polícia Militar Elizaine Duarte*



da Silva e ao terceiro-sargento da Polícia Militar Juan Peixoto Cabreira, por realizarem o resgate de um cidadão após um incêndio em sua residência no dia 10 de junho, em Coxim/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação Feminina de Engenharia, Agronomia e Geociências do Mato Grosso do Sul, neste ato, representada pela sua presidente, senhora Ilse Elizabet Dubiela Junges, pela comemoração de dois anos de fundação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Associação Supera Sidrolândense de Pessoas com Deficiência (Assiped), representada por sua presidente, senhora Roseli Bonfim Acunha, pela comemoração de sete anos de fundação, completados no dia 25 de junho; requerimento, de autoria do deputado Coronel David, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 23 de agosto de 2023, para a realização da Sessão Solene para entrega da "Comenda Ubirajara Roehr"; requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a criação da comissão externa, composta por dois membros da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, para discussão e implementação do piso salarial nacional de enfermagem no estado de Mato Grosso do Sul; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Junior Mochi, Renato Câmara, Rafael Tavares, Gerson Claro, João César Mattogrosso, Zeca do PT, Professor Rinaldo e Gleice Jane. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra a deputada Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatro de julho do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente desta Sessão. Neste ato, o deputado Marcio Fernandes está representando o primeiro-secretário.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 5 de julho de 2023: Mensagem nº 22/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera o valor, em Uferms, da taxa do serviço discriminado no código 2029, do anexo da Lei nº 4.282, de 14 de dezembro de 2012, e estabelece os valores das taxas da tabela de serviços do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran-MS). Ofício nº 180/2023, do Poder Executivo, comunicando a licença do exercício da função de governador do estado, para participar do evento intitulado "Internacional Program for Public Leards in Green Economy", a ser realizado na Universidade de Stanford, na Califórnia, nos Estados Unidos da América, entre os dias 09 e 16 de julho de 2023; Ofício nº 60/2023, da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, comunicando que os ativos da rede da Casa ficarão fora de funcionamento entre os dias 17 e 23 de julho de 2023, devendo a Casa voltar às atividades normais no dia 24 de julho de 2023. Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa que nos acompanha. Quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado



expediente deste Poder ao senhor Alexandre Moraes Cantero, superintendente-regional do Trabalho, solicitando empenho no sentido de empreender esforços para agilizar o processo de liberação do seguro-desemprego dos trabalhadores rurais, em especial no município de Coxim, visto que estamos recebendo muitas reclamações referentes ao indeferimento do seguro-desemprego deste município. O pleito se faz presente no pedido dos vereadores de Coxim, senhor Abílio Vaneli e Carlos Henrique, conforme proposição anexa aprovada por aquela Casa Legislativa. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita do município de Campo Grande, e à senhora Kátia Silene Sarturi Warde, secretária municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana (Semadur), por cópias autônomas, solicitando que sejam empreendidos esforços no sentido de viabilizar a doação de um terreno no distrito de Anhanduí, para que seja construída a sede própria da Escola Estadual Polo Francisco Cândido de Rezende. A doação dessa área garantirá a construção da sede própria da referida escola, que tem improvisado o seu funcionamento em três endereços diferentes e em horários alternados com outras escolas municipais e estaduais, naquele distrito. A medida pretendida permitirá a melhoria da educação e qualidade de vida daqueles que vivem no distrito de Anhanduí. A presente demanda justifica-se no pedido do senhor Peter Paul Pereira, diretor da Escola Estadual Francisco Cândido de Rezende, através do ofício que segue anexo. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, nos termos regimentais, que seja encaminhada indicação deste Poder ao senhor Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, e ao Comitê de Política Monetária (Copom), solicitando a adoção de providências para reduzir as taxas de juro praticadas no Brasil, diante dos indicadores positivos e favoráveis da economia. Justificativa: É sabido que a alta dos juros traz consequências negativas para a economia, como o encarecimento do crédito para pessoas físicas, empresas, gerando dificuldade em investimentos e contratações. Nesse cenário, como efeito dominó, pode acarretar aumento no desemprego e a redução do ritmo da atividade econômica de forma geral. A política de juros altos faz diminuir a atividade produtiva por um longo período, aumenta o custo do crédito, fica mais caro solicitar dinheiro para a compra de bens e serviços, diminui a produção, a demanda, e desacelera a economia. O mercado de trabalho também é um dos canais de economia que podem sofrer com os juros altos, uma vez que o desaquecimento da economia faz com que as empresas contratem menos e torna mais cara a manutenção dos trabalhadores. O efeito negativo e um possível aumento na taxa de desemprego, assim como os reflexos no mercado de trabalho, estão ligados à saúde financeira das empresas, porque fica mais caro contratar quando as taxas de juro estão altas, momento em que as empresas decidem ficar mais retraídas. Por esse motivo é urgente a redução da atual taxa estratosférica de juros e uma política do Banco Central alinhada com os objetivos do governo, aprovado pela maioria da população brasileira nas últimas eleições. Quero apresentar uma indicação ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher,



solicitando a nomeação e posse de agentes de limpeza para atender a Escola Estadual Caetano Pinto, no município de Miranda. A direção colegiada da escola estadual buscou nosso gabinete, solicitando a nomeação de quatro agentes de limpeza para atender a escola que atualmente conta com oitocentos estudantes matriculados nos três turnos do sexto ano do ensino fundamental, ao terceiro ano do ensino médio e EJA, totalizando vinte e cinco salas de aula, em funcionamento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao doutor Laercio Alves de Carvalho, magnífico reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), solicitando estudos para que seja instalado um campus na UEMS, no município de Três Lagoas. Esta indicação atende uma solicitação da comissão de moradores do município de Três Lagoas que estão reivindicando a disponibilização dos cursos de Engenharia Civil, Ambiental e Florestal. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Sônia Savi, em razão do falecimento do seu pai, senhor Irineu Savi. Eram essas as proposições, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputadas e deputados, senhoras e senhores, àqueles que nos assistem pela TV Assembleia. Eu quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, nos termos do disposto do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao engenheiro Moacir Saturnino de Lacerda, e à escritora Mara Calves, pelo lançamento do livro: O Vapor Fernandão: Navio Fernandes Viana, ocorrido no dia 28 de junho, no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Projeto de lei. Dispõe sobre o não condicionamento ao recolhimento integral do ITCD para lavratura de escritura pública de inventário no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. O projeto de lei apresentado contribui para a celeridade das questões relativas ao inventário e partilha. Embora tais questões possam ser tratadas de maneira extrajudicial, atualmente a exigência do recolhimento integral do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação. De acordo com o entendimento do STJ, ficou estabelecido que no arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação vem com uma expedição do formal de partilha e da carta de reivindicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do ITCD. Dessa maneira, no projeto de lei em questão, a realização de lavratura de escritura pública de inventário no estado de Mato Grosso do Sul não ficará subordinada ao recolhimento integral do ITCD. Com isso há incentivo para abertura de inventário e realização do mesmo em sede extrajudicial, contribuindo assim para uma resolução mais rápida das questões relativas ao inventário e partilha. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente. Requeiro à Mesa, com fundamento no Regimento Interno, após o ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, com cópia autônoma ao diretor-presidente da Empresa Estadual de Saneamento de Mato Grosso do Sul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando que atenda ao presente requerimento de informações sobre providências tomadas diante das denúncias de abusos e violação de direitos humanos contra as populações indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Dado ao contexto da persistente violência e intimidação reportada pelos residentes da comunidade indígena Aratikuty, é imperativo obter esclarecimentos. As denúncias incluem vigilância armada feita a partir da caixa d'água da Sanesul e relatos contínuos de pressões e intimidações, por parte de seguranças privados, supostamente contratados por fazendeiros que disputam a posse da terra. Segundo relatórios, mais de trezentas famílias indígenas vivem sob constante ameaça, e o medo permeia a comunidade que não sabe o que pode acontecer de uma hora para outra. Além da Aratikuty, outras áreas também estão sendo vigiadas, incluindo Ñu Verá, Ñu Verá Guassu, Ñu Verá 1 e 2 e Awaeté 1 e 2, em Dourados. Diante da urgência e gravidade da situação, solicito as seguintes informações sobre as ações tomadas pelo estado de Mato Grosso do Sul desde as denúncias realizadas e amplamente veiculadas na imprensa em setembro de 2022. Quais as medidas adotadas para garantir a segurança de indígenas residentes nas áreas mencionadas? Existem planos para a resolução de conflitos de terra que denotam estar no centro dessas intimidações e violências? Quais são as medidas adotadas para garantir a responsabilização dos autores desses atos de intimidação e violência contra a comunidade indígena? Solicito que as respostas sejam enviadas com a devida abrangência e de forma pormenorizada, para afastar qualquer acusação de omissão por parte do poder público, bem como para garantir a transparência e a responsabilidade necessária para resolver essa grave situação. Esta Casa tem o dever de assegurar a todos os cidadãos e cidadãs do estado do Mato Grosso do Sul o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Eu estive em contato com as comunidades indígenas desse local na última semana e ouvi relatos de que essas violências continuam e que há ameaças de violência sexual contra mulheres e crianças nesse local. Faz-se necessário, portanto, que a segurança pública do estado, assim como a Sanesul, nos explique o que está acontecendo nesse espaço. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente, Mesa, nobres colegas e a todos que acompanham a Sessão de hoje. Quero fazer um registro a respeito de uma solicitação que fizemos no início do mês de junho para que fossem adotadas medidas para implantação do sistema de distribuição de água tratada, no bairro São Francisco, na cidade de Rio Negro. O Poder Executivo e a Sanesul atenderam essa solicitação e o abastecimento de água tratada para a população da região foi assegurado. Ontem nós recebemos o feedback do pessoal da região. Uma solicitação do amigo Irineu Nunes. Somente isso, presidente.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, população que nos assiste através da TV Assembleia. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, e ao presidente da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), senhor Ricardo Ayache, solicitando estudos para viabilizar a instalação de uma unidade hospitalar do plano de saúde da CASSEMS, contemplando cerca de vinte e oito mil habitantes, no município de Ivinhema. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Eu não me inscrevi, mas gostaria de ocupar esse espaço.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Três Lagoas, senhor Ângelo Guerreiro, com cópia ao senhor Osmar Dias Ferreira, secretário municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, solicitando estudos para que o município de Três Lagoas possa construir sua própria usina de asfalto. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Coronel PM Renato dos Anjos Gomes, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja intensificada a segurança, patrulhamento policial e ronda ostensiva na região central da Lagoa Maior, no município de Três Lagoas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Três Lagoas, senhor Ângelo Guerreiro, solicitando que seja feito patrolamento e encascalhamento da rua Urias Ribeiro, no município de Três Lagoas. Hoje estive reunido com as "Mães Unidas" de Três Lagoas, em função das várias denúncias que recebemos, para que seja apurado o motivo da morte de doze crianças no Hospital Regional de Três Lagoas. Há suspeita de negligência médica e, por esse motivo, estou marcando uma agenda com o secretário de estado de Saúde, doutor Maurício, para que o governo do estado interceda para saber o que está acontecendo naquele hospital. Muito obrigado.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: quatro indicações (Prot. nºs 03429/2023, 03425/2023, 03427/2023, 03430/2023). De autoria do deputado Coronel David: vinte e cinco indicações (Prot. nºs 03366/2023, 03396/2023, 03398/2023, 03399/2023, 03401/2023, 03405/2023, 03403/2023, 03402/2023, 03400/2023, 03397/2023, 03394/2023, 03392/2023, 03390/2023, 03389/2023, 03387/2023, 03386/2023, 03385/2023, 03381/2023, 03380/2023, 03377/2023, 03376/2023, 03375/2023, 03374/2023, 03373/2023, 03372/2023); cinco moções de congratulação (Prot. nºs 03368/2023, 03404/2023, 03388/2023, 03379/2023, 3378/2023); duas moções de pesar (Prot. nºs 03370/2023, 03395/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nºs 03419/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 03414/2023, 03415/2023). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 03409/2023, 03411/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 03410/2023, 03412/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 03424/2023, 03428/2023, 03426/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 03423/2023, 03431/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 03383/2023, 03369/2023, 03371/2023, 03365/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nºs 03393/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nºs 03407/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 03391/2023, 03421/2023, 03422/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 03420/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 03416/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: um projeto de lei (Prot. nº 03384/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03408/2023, 03413/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 03418/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 03417/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente. Eu gostaria de passar o meu tempo para o deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, por inversão de oradores, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia senhor presidente, senhores deputados, deputadas, povo que nos assiste. Faz vinte e oito anos que sou parlamentar e nós temos tido aqui uma discussão muito produtiva e efetiva sobre questões indígenas. A deputada Gleice Jane fez aqui uma indicação ao estado, pedindo providências para alguns indígenas que estão sendo prejudicados, mas acho que isso irá colher poucos frutos, porque o índio é tutelado pelo governo federal e quem determina essas prevenções é a Polícia Federal. O governo do estado é impedido, constitucionalmente, de intervir, até porque há mais de vinte anos as propriedades estão invadidas no nosso estado, e eu digo invadida porque o produtor rural que está dentro da propriedade, produzindo, dividindo o espaço da propriedade dele, líquida e certa, registrada em cartório, é obrigado a cumprir todas as



leis sociais, assinar carteira, obrigado a ter os 20% de licença de reserva legal, e obrigado a ter a mata ciliar. Então, mesmo sendo o dono, ele paga o ITR caríssimo com o índio dentro da propriedade, desde 1999. Ele é dono porque tem a escritura líquida e certa, registrada em cartório, e cumpre todas as leis do nosso país. Nesses sessenta anos que eu moro em Mato Grosso do Sul, eu nunca vi um civil agredir um indígena, mas, já vi e assisti os índios matarem o coitado de um policial civil degolado, lá em Panambi; vi também um índio bandido, que está em uma propriedade invadida em Caarapó, matar dois policiais na ponte do rio Dourados, um pai de família que deixou os filhos órfãos; vi índios queimar as colheitadeiras, queimar as viaturas da Polícia Civil e Militar. Em Tey Kuê, em Caarapó, houve um crime com mais de cinco produtores rurais inocentes, pessoas que plantam mais de vinte mil hectares, cento e cinquenta pessoas ficarem presas por vinte, trinta dias, mas nunca vi um índio desse que cometeu esses crimes bárbaros ir preso. Eu fui gerente da fazenda Brasília do Sul, na época eu tinha vinte e oito anos, e presenciei a invasão daquela propriedade. Assisti a derrubada dos primeiros dois mil alqueires, feita pelo seu Jacinto Honório, que já morreu, e ação ficou aí, depois de vinte anos a família Veron está lá invadida e nem índio o Veron. Há poucos dias, a índia Dirce, filha de Marcos Veron, que é advogada, foi presa fazendo chantagem, extorquindo, cobrando pedágio dos produtores rurais no entorno do anel viário de Dourados, juntamente com um outro policial indígena terena da cidade de Jardim, para não deixar invadir. A gente representa o setor produtivo, representa o povo para coibir as injustiças, e se tem alguém agredindo é o tutor que não tem força sobre os tutelados, por que quando o índio invade uma propriedade líquida, certa e legítima, o dono é quem tem a escritura, mas a União é a legítima dona das terras que os índios usam como usufrutuários. A União não tem nenhuma obrigação, o governo federal não paga ITR, não precisa ter dentro da terra o funcionário registrado, os índios usam como usufrutuários para viver e progredir. Então, deputado Hashioka, o que que está faltando é uma política pública que efetivamente valorize o índio como um ser humano, que invista nele, que invista em escolas, educação, saúde e lazer. Hoje não tem mais reserva Tey Kuê, nem a Jaguapiru, lá é praticamente um distrito do município de Dourados, porque é uma população muito grande habitando um pedaço de terra pequeno. O tempo passa, deputado. Em 1917, quando foi criada essa reserva, havia oitenta e três índios; hoje são doze mil, a população indígena aumentou e a terra está do mesmo tamanho. A verdade é que não é a discussão sobre a terra que melhora a qualidade de vida dos índios, por que se assim fosse, seriam milhões de hectares de terra que os Yanomami têm porque é uma nação dentro de outra nação, parte está no nosso país e parte está na Venezuela. É uma nação dentro de outras duas nações. Em Porto Murtinho tem trezentos e sessenta mil hectares que pertencem aos indígenas e ainda se discute o aumento de mais cento e quarenta mil hectares que adentram o município de Corumbá, mas parte dos índios para quem foi criada a maior reserva do mundo está lá, morrendo de fome. São trezentos e sessenta e cinco mil hectares de terra para dois mil e poucos índios. Então, os índios não deveriam passar necessidade, deveriam estar todos bem de vida, porque se dividir os 14,5% de terra brasileira destinada aos indígenas, são mais de duzentos e cinquenta hectares por indígena. Deputado Coronel David, se o senhor pegar o percentual de quase 14% que existe do território nacional e dividir pela quantidade de todas as etnias que existe no Brasil, dá mais de duzentos hectares para cada índio. No entanto, a reforma agrária discute para dar seis a



dez hectares para um pai de família criar seus filhos, jogam ele lá dentro, mas não tem estrada, não tem saúde, não tem energia elétrica, não tem educação. Logo após invasão de terra pelo MST, o governador de Goiás, senhor Caiado, depôs na CPI e disse que tem quatrocentas mil pessoas nos assentamentos daquele estado com renda de quinhentos reais, por família, mas será que essa reforma agrária está certa? Será que ela cria os filhos sem investimento, sem estrada, sem ponte, sem água potável, sem estrutura para trabalhar e plantar? Eu acho que não. Eu lamento, mas no município de Dourados, do outro lado da rodovia, tem uma empresa de jardinagem que contratou uma família indígena para trabalhar na jardinagem por dez, doze, quatorze anos, e esses são os índios que hoje estão dizendo que são donos da terra, são eles que querem a parte da cidade onde tem mais de doze mil residências, no Deoclécio Artusi e os outros municípios circunvizinhos. Então, nós precisamos usar sinceridade aqui neste Plenário, porque se está havendo essas agressões, o caminho é o governo do estado tirar os índios quando eles invadirem a propriedade privada, mesmo porque ele é responsável, e se todos nós somos iguais perante a lei, invasão é crime, seja feita por branco, índio, negro, amarelo, japonês. A Constituição Brasileira não permite invasão e quando há esse tipo de coisa, acontecem esses conflitos, como em Sidrolândia, onde morreu o cacique da aldeia e até hoje não foi apurado de onde saiu a bala calibre vinte e dois que o matou, assim como aconteceu em Antônio João, mas está no laudo que a polícia não usa esse tipo de armamento. Então, eu quero dizer que os índios têm o mesmo direito que o branco, mas a propriedade rural tem que ser respeitada. As pessoas têm que parar de dizer que nós, produtores rurais, agredimos os índios, que somos nós que criamos problemas com os índios, muito pelo contrário, no passado nós empregávamos os índios. Quando eu cheguei em Dourados, com vinte e dois anos, a gente ia na reserva e contratava vinte, trinta, quarenta índios. Hoje, a terra que os índios alegam ser deles é a mesma onde eles derrubaram o mato, contratados pelos produtores que chegaram em 1970. Faz sessenta e um anos que eu estou contando essa história, que quando eu cheguei aqui, muito pobre, meu pai comprava as propriedades rurais e derrubava o mato. Os mineiros vinham aqui para comprar, para criar este estado, para conviver em harmonia com índios, para que todos tivessem os mesmos direitos. Vou citar aqui um exemplo do senhor Raul, de Rio Brillante, que está lá há cinquenta anos e tem duas propriedades invadidas, o que é um pecado porque ele tem um título de 1856, antes da Proclamação da República. A terra está invadida até hoje por que houve uma briga de disputa na reserva indígena de Douradina, aí quem perdeu, cruzou o rio e invadiu a fazenda dizendo que ali foi do bisavô deles. Se foi do bisavô, do tataravô, do tetravô, é tudo deles, porque quando o Brasil foi descoberto eles já estavam aqui, eles são primitivos, só que a primeira lei sobre questões indígenas, feita no Brasil, foi em 1910, quando o governo criou o Serviço de Proteção ao Índio, que foi até 1965, quando o governo federal extinguiu o SPI, criou a Funai, incorporou o que era do índio em 1917, 1923. Eu tenho os títulos, estão na Agraer. O governo do estado titulava as etnias, elas eram donas. A etnia Guarani Kaiowá é dona do título Te'yi kuê, titulada em 1923, eles eram donos. Em 1965, foi enviada uma certidão para o cartório de Caarapó, município onde está a reserva de Dourados Jaguapiru e Bororó, está no nome da reserva indígena Horta Barbosa e até hoje não foi incorporada no patrimônio da União, eu tenho a certidão. Então, a discussão de terras indígenas, ou de terra de produtor rural, tem que ser discutida dentro da lei, dentro da Constituição, dentro do que é correto,



dentro do que é certo. Eu lamento quando há desavença, eu lamento quando há agressão, mas se nós formos citar as agressões feitas pelos índios, a depredação, o fogo, a queima de lascas, o furto, o assalto, onde ocorrem essas invasões, é um absurdo. Na região de Caarapó, na Fazenda Brasília do Sul, tem mais de oitenta boletins de ocorrência de agravo e de coisas erradas feitas pela família do indígena Marcos Veron, que foi assassinado lá, e até hoje colocam a culpa no senhor Jacinto Honório, o que não é verdade. Na delegacia de polícia de Caarapó existem mais de cem boletins de ocorrência contra os índios que, por várias vezes, atearam fogo na sede, nas invernadas, cortaram as cercas de arame, furtaram gado... Isso não se discute, isso não se conversa, isso está perfeito, isso eles têm direito de fazer e nós, produtores rurais, não temos o direito de nos defender. Eu sinto muito, porque nós deveríamos conviver com os indígenas como irmãos, mas, definitivamente, não podemos aceitar que o produtor rural que veio pra cá há cinquenta, sessenta anos... O pai do Ricardo Bacha está com suas terras invadidas, em Dois Irmãos do Buriti, terras que há mais de cem anos é do avô dele e até hoje a Justiça não deu sentença favorável aos produtores. A terra não está demarcada, mas os índios estão lá. A fazenda de mil hectares do senhor Uru, que já morreu, a viúva está usando oitocentos hectares e o índio dentro, usando os outros duzentos, fora da lei. Por que é que o governo não titula, acerta com os produtores rurais, paga um real, dois reais, tira o produtor rural da cabeça, que já faz mais de vinte anos, põe em nome da União, e deixa os índios trabalharem em paz, com dignidade? Investe neles, dá semente, dá trator, dá adubo, ensina a plantar, porque a terra de sessenta, setenta anos que os índios usam, está degradada igual a nossa. Planta cinco, dez alqueires e em dois anos, no máximo, a terra para de produzir; depois arruma mais cinco, planta, por que a terra é fértil, recupera. Mas sem investimento, sem política pública decente para os índios viverem com respeito e dignidade... Eles têm que saber que vivem em um país que tem uma carta escrita, e que o meu direito não se sobrepõe ao deles, e vice-versa, mas quem vai discutir isso é a lei. Na minha visão, invadir é crime, seja por índio ou por branco, eu não concordo com esse tipo de colocação, não concordo com agressão. O fórum para discutir agressão de índio é a Polícia Federal, porque se o índio entrar na sua fazenda, você não pode mexer. O governo, através do STF, foi proibido, porque a lei me dá garantia, eu pago imposto para que o meu patrimônio não seja dilapidado, e quem tem que me dar essa garantia em caso de invasão é o governo. Hoje, por determinação do ministro Fachin, é proibido o índio entrar na sua fazenda e depredar, queimar, fazer o que bem entender, e você ir lá no governo pedir proteção não pode, está impedido. Eu acho que não pode ter dois pesos e duas medidas, acho que tem que ser dentro da lei para o índio, para o branco, e para o produtor, mas eu não concordo com o desrespeito à propriedade rural, com a depredação e invasão por quem quer que seja, por sem teto, MST, ou por índio. Senhor presidente, era apenas isso que eu queria deixar aqui hoje registrado. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.



DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, a deputada Lia Nogueira me fez uma solicitação, em razão de um projeto de lei que ela propôs, então eu vou inverter e ceder o tempo para ela, se sobrar eu ainda uso.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Por inversão, com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia presidente, colegas parlamentares. Quero agradecer ao deputado Junior Mochi, por ter feito essa cedência para mim, mas vou ser breve. Hoje venho aqui apresentar aos colegas e a todos que nos acompanham pela TV Assembleia, um projeto de lei que é de suma importância. Gostaria até que a deputada Mara Caseiro estivesse aqui, porque ontem a deputada colocou, na sessão plenária, os casos de violência contra mulher em Mato Grosso do Sul e, infelizmente, nesse final de semana houve mais dois casos registrados aqui em Campo Grande. Ontem, a deputada Mara, sempre muito sensível a essa questão, até como presidente da Comissão de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher neste Parlamento, da qual eu e a deputada Gleice Jane também fazemos parte, três deputadas que estão num esforço concentrado para conseguir estabelecer em Mato Grosso do Sul políticas públicas que evitem, que combatam a violência, para que possamos ter números positivos, já que o estado está no mapa negativo da violência. Desde que assumi meu mandato, neste Parlamento, uma das minhas bandeiras é também a defesa dos direitos das mulheres. Venho apresentar hoje um projeto de lei que institui a contratação de mulheres em situação de violência doméstica no estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Esse projeto de lei é de extrema importância, foi uma iniciativa minha, em Dourados, enquanto vereadora, e desde o início tivemos muita resistência para que ele fosse aprovado. A administração municipal, por questões políticas, tentou vetar esse projeto, não pensando no bem-estar e na integridade física das mulheres, mas o prefeito acabou perdendo o prazo para vetar, deputado Zé Teixeira. Tudo o que a gente faz contra o bem maior, normalmente volta contra a gente, e foi isso que aconteceu lá em Dourados, o prefeito perdeu o prazo do veto, esse projeto de lei voltou para a Câmara e foi promulgado pela presidência. Hoje, em Dourados, esse projeto se chama Balcão de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência, leva o meu DNA, leva o meu registro e está dando supercerto. As mulheres que são vítimas de violência doméstica, violência familiar, procuram o Centro Viva Mulher, e a partir dali a entidade faz o direcionamento para que essas mulheres tenham prioridade de emprego, tanto na iniciativa pública quanto na iniciativa privada. Acho de suma importância este Parlamento fazer com que essa lei atinja todas as mulheres de Mato Grosso do Sul. O governo do estado de Mato Grosso do Sul é sensível à questão da violência contra a mulher, com políticas públicas de defesa dos nossos direitos, mas também para que a gente avance e que o estado possa se tornar referência com relação a essas práticas. O estado tem a obrigação constitucional de propiciar condições de superação da dependência econômica feminina. Dados já levantados comprovam que muitas mulheres que hoje vivenciam o problema da violência dentro de suas casas, suportam essa situação tóxica, doentia, de opressão porque não conseguem autonomia financeira, não conseguem ser provedoras dos seus lares, não conseguem criar os seus filhos sozinhas. Por isso a importância de um projeto dessa



envergadura. Lembrando que a violência não é somente física contra a mulher, há também a violência verbal, a violência psicológica. Incentivar a contratação de mulheres, dar prioridade em vagas de emprego, é buscar uma correta e necessária parceria entre o poder público e os detentores de capital. Um outro aspecto positivo é a relação entre a luta contra a violência doméstica e a boa imagem das empresas. Essa proposta também tem um caráter pedagógico, no sentido de contribuir para a evolução, educação e transformação de uma sociedade machista que até hoje deprecia nossas mulheres para uma sociedade que respeita todos de forma igualitária. Um dos objetivos desse projeto é mudar a cultura organizacional das próprias instituições que passarão a atuar de modo ainda mais pujante contra o abuso e o assédio, e além de contribuírem para o desenvolvimento social, também terão proveitos de publicidades ligadas à boa imagem desse programa. Como eu disse, é uma iniciativa que deu certo lá em Dourados e creio que se a Assembleia Legislativa aprovar e o governo sancionar essa Lei do Balcão de Empregos para Mulheres Vítimas de Violência, o Mato Grosso do Sul será um estado de vanguarda, referência no combate à violência contra a mulher. Só para corroborar com o que eu falo, de janeiro a maio deste ano, nove mulheres morreram vítimas de feminicídio aqui em Mato Grosso do Sul. Nós não temos aqui os dados de junho, mas esse final de semana houve mais dois casos em Campo Grande, o que elevaria esse número para onze mulheres. Em 2022, quarenta e três mulheres foram vítimas de feminicídio em Mato Grosso do Sul. Esses números são muito preocupantes, mas nós não podemos nos ater a números, deputado Roberto Hashioka, não estamos aqui falando de números, de estatísticas, mesmo porque enquanto nós falarmos de estatísticas não vamos estar honrando com o compromisso que fizemos em fevereiro deste ano com a população de Mato Grosso do Sul. Nós fizemos um juramento no Parlamento, de que íamos zelar pela população de Mato Grosso do Sul, que íamos cuidar, que íamos fiscalizar, promover leis, políticas públicas que atendem a nossa sociedade. Espero que ele passe pelo crivo da CCJR, para que possamos trazer esse debate aqui para o Parlamento, como muitas vezes fizemos. Creio que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul será sensível a um projeto tão importante como esse, que vai atacar na raiz o problema, porque nós, mulheres, não queremos dividir o teto com um agressor. Acontece que muitas mulheres, em situação de vulnerabilidade social, suportam essa relação porque dependem economicamente desses agressores, desses monstros. Então, nós precisamos desvencilhar as mulheres dessas relações tóxicas que ainda permeiam o nosso estado, que ainda é patriarcal e onde, infelizmente, o machismo está enraizado. Nós precisamos combater isso, deputado Zé Teixeira, com toda a nossa sensibilidade.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputada Lia Nogueira, quero parabenizá-la por trazer esse assunto aqui na tribuna. Vossa Excelência dizia que muitas mulheres às vezes acabam suportando uma situação de violência dentro da própria casa e me lembrei de um caso de quando trabalhei como psicólogo em uma escola estadual, e atendi uma criança que a professora havia me encaminhado com suspeita de deficiência mental, porque ele não aprendia. Fizemos toda a avaliação e chegamos à conclusão de que a criança não tinha deficiência nenhuma, na verdade ela vivia um estado de pressão psicológica, de constrangimento, de violência cotidiana e descobrimos que essa criança, um menino de doze anos, era abusada sexualmente

pelo padrasto em casa. Chamamos a mãe até a escola para conversar, e relatamos a ela que a criança sofria abuso sexual. Ela começou a chorar e disse que já sabia, e que tinha outros quatro filhos, mas se denunciasse o marido ela não teria como sustentar a família. Então ela suportava toda essa situação, inclusive sabendo que o seu filho estava passando por essa condição de abuso, com consequências para o resto da vida, em função da dependência financeira. Isso aconteceu há mais de vinte anos, mas é uma realidade. Naquela época eu ainda não era parlamentar, estava trabalhando na Secretaria de Educação e não tinha tanto conhecimento dos recursos que essa mulher poderia ter para se livrar dessa situação. Nos dias atuais nós temos mais políticas públicas, casas, abrigos, tem a Casa da Mulher Brasileira, a Delegacia Especializada da Mulher, tem as políticas de transferência de renda, para que a mulher possa sair de casa e ter condições de se livrar do agressor, que por vezes é o marido, ou alguém próximo da família. Eu quero relatar a importância das políticas públicas voltadas para as mulheres vítimas de violência, para que elas tenham condições de se libertar desse cativeiro que é a sua casa, possam criar os seus filhos, e buscar uma outra situação longe da violência. É preciso cobrar do estado, do poder público, das prefeituras, políticas públicas efetivas, transferência de renda, bolsa família, casas e abrigos. Muitas vezes, nos assentamentos, a mulher precisa de um lugar para se proteger por algum tempo, por que quando ela faz a denúncia, não pode voltar para a sua casa. Então, são muitas situações, nós temos que estar sempre debatendo esse assunto, mesmo porque o feminicídio no nosso estado é um absurdo, é preciso uma mobilização permanente da sociedade e do poder público para enfrentarmos essas situações.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigado, deputado.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Permita-me um aparte, deputada?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero parabenizá-la por esse projeto porque a gente acompanha essa situação de violência contra as mulheres e temos a obrigação de elevar a voz das mulheres de Mato Grosso do Sul para combater a violência e as desigualdades. É importante lembrar que a violência é resultado da desigualdade entre homens e mulheres, como a desigualdade salarial, a desigualdade de emprego e para que essas mulheres tenham um recomeço e consigam superar com tranquilidade, é fundamental iniciar o fim de um ciclo de violência. O estado precisa construir políticas de proteção às mulheres, e construir essas políticas é compreender a realidade que nos coloca nessa situação de desigualdade e combatê-las. O seu projeto vem ao encontro da luta das mulheres, vem ao encontro do combate às violências, e espero que esta Casa, assim como o estado, abrace esse projeto com carinho na proteção às mulheres. Nós temos que combater todo o ciclo de violência doméstica, sobretudo a violência sexual contra as crianças que, na maioria das vezes, atinge as meninas, e é fundamental também proteger a mãe, para que ela consiga proteger as suas crianças, porque essa violência acontece com mulheres de todas as idades.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Concedo um aparte ao deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Parabenizo Vossa Excelência pelo tema. Quero dizer que essa é uma pauta muito cara para o meu mandato, desde que assumi como vereador. Quero destacar que enquanto secretário de Cidadania e Cultura de Mato Grosso do Sul, nós criamos, através da subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, Luciana Azambuja, o programa "Recomeçar", que nada mais é do que capacitar essas mulheres, inserí-las no mercado de trabalho, porque a gente sabe que esses números alarmantes se dão pela dependência financeira dessas mulheres para com os monstros que estão ao lado delas. Portanto, dando essa independência, a gente começa a ver a diminuição dessa triste realidade no nosso estado, mas o nosso trabalho, enquanto parlamentares, precisa ser pela erradicação dessa realidade.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigado, deputado. Para encerrar, quero dizer que nós já avançamos muito com relação a essa questão, tivemos aprovação, em Brasília, da igualdade salarial de homens e mulheres, porque é inconcebível ter mulheres desempenhando o mesmo papel, as mesmas funções de um homem, ganhando menos...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite-me um aparte?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputado, é uma honra.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputada Lia, primeiro eu quero parabenizar Vossa Excelência, sou 100% a favor do projeto. Eu tenho um casamento de sessenta e três anos e, graças a Deus, tranquilo. Conte comigo. Nós vivemos um momento muito difícil, por exemplo, essa lei que igualou o salário da mulher ao do homem, eu não sei como que ela será, porque o salário da pessoa não é pelo sexo, na minha visão, é pela capacidade e pela produtividade, certo? Eu tenho uma história de vida, eu cresci, e desde os meus vinte e dois anos nunca tive uma carteira assinada na minha vida. Eu trabalhei a vida inteira no setor do agronegócio, sempre como empregado, por produtividade, se eu comprasse mil bois, eu ganhava um valor; se eu comprasse dez mil bois, eu ganhava outro valor. Então, essa lei eu acho que pode até criar alguns embaraços, porque a mulher, hoje, é dona de oficina mecânica particular, ela toca banco, ela é gerente de banco, ela é piloto de jato, ela comanda um jato cheio de gente. E a violência contra a mulher é muito difícil no mundo de hoje. Eu fui criado num tempo em que a mulher era apenas a educadora da família e do lar, ela não tinha a independência que a mulher tem hoje. A mulher atualmente faz o que quiser, muitas mulheres são as provedoras. Foi invertido o papel, em vez de o homem ser o provedor, a mulher é a educadora, a orientadora e provedora da família, por isso que a família da minha visão, anda um tanto quanto deteriorada. Eu quero dizer pra você que é fantástico, mas a minha dúvida é... Onde existe a violência doméstica hoje? É dentro de quatro paredes, é em casa, e na minha visão, não tem como fazer uma lei para proibir, coibir ou proteger, porque é dentro de casa que acontecem 80% das



agressões, quando não é do companheiro é de pessoas próximas da família. A maior quantidade de estupro é feito por parentes próximos, tio, até pai. Quer dizer, teria que fazer uma lei para impedir que essas pessoas tivessem... A única forma seria fazer como fazem outros países. Outro dia ouvi a notícia de que foi preso um moço que além de abusar de uma criança de 11 anos, depois passou a criança para o irmão dele abusar. É um monstro! Só existe um jeito: a lei da castração! Não tem outra lei que garanta que monstros como esse vão sair da cadeia e não vão praticar o mesmo crime. O seu projeto é fantástico e, se Deus me abençoar, quero estar aqui para te apoiar, votar, sou 100% favorável, mas hoje a preocupação com a violência contra a mulher é muito grande, e a forma de protegê-la está muito difícil, porque a violência acontece dentro de quatro paredes, normalmente à noite. Agora fizeram uma lei para que as Delegacias da Mulher abram 24 horas, porque muitas vezes as mulheres eram agredidas e nem a quem recorrer tinham. Eu sou a favor de que o governo do estado crie um plano para que a mulher tenha, no período de transição da separação por agressão, um salário. Como é que ela paga conta de luz, conta de água, como é que ela come com os filhos? Isso vai ajudar ela a não voltar porque muitas vezes, mesmo humilhada, mesmo agredida, ela volta com o companheiro até pelo medo de passar fome. Parabéns pelo seu projeto!

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputado. Encerrando, só para reforçar, a ideia é justamente essa, nós estamos aqui para propiciar condições para que essa mulher não volte, para que ela saiba que tem o estado que vai cuidar dela. Como diz o ditado popular, você não vai dar o peixe, você vai dar a vara e ensinar a pescar. A proposta do projeto é justamente essa. Obrigada, presidente. Deputado Junior Mochi, eu agradeço a inversão.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, ainda no Grande Expediente, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, população que prestigia a nossa Sessão, imprensa, assessores, enfim. Faço uso da palavra no Grande Expediente para trazer à tona dois assuntos. O primeiro deles é um agradecimento a esta Casa por ter aprovado o projeto de lei, de minha autoria, que cria a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ontem nós tivemos a oportunidade de fazer a instalação dessa comissão e fomos prestigiados por reitores e/ou representantes legais das universidades, pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Ordem dos Advogados do Brasil, por representantes da Embrapa, demonstrando claramente, com a presença do secretário executivo de Ciência e Tecnologia e Inovação do governo do estado, Ricardo Senna, a importância desse tema, não só para a Assembleia Legislativa. Essa comissão tem o objetivo específico que esta Casa, como representante da sociedade sul-matogrossense, traga à discussão todas as questões inerentes ao desenvolvimento tecnológico, às inovações, ao processo de criação, ao processo científico. Esta Casa é a caixa de ressonância da sociedade, e a tecnologia, a inovação, o mundo virtual, estão presentes em todos os nossos momentos, lembrando que as políticas públicas



existentes se utilizam da ciência, da tecnologia e do processo de inovação. É por isso que a comissão foi criada. Quando eu era funcionário do Banco do Brasil, há trinta anos, eu era da carteira agrícola e me lembro que o estabelecimento do valor básico de custeio para os produtores era determinado pela faixa de produtividade, e a faixa mais alta de produtividade, que raríssimos produtores atingiam, na época era dois mil e quatrocentos quilos por hectare, ou seja, quarenta sacos. Hoje, a média de produção ultrapassa os sessenta, setenta, oitenta sacos, em média, por hectare, anualmente. Isso se deve ao processo de estudo, ao processo científico, justamente as pesquisas que são feitas pela Embrapa. Portanto, a tecnologia, assimilada pelo produtor rural, faz com que nós tenhamos hoje uma safra recorde. Há vinte anos nós tínhamos, no Brasil, uma safra média de cinquenta milhões de toneladas, e este ano nós batemos o recorde de trezentos e quinze milhões de toneladas, isso em menos de vinte anos, graças à incorporação da tecnologia e da ciência no processo produtivo. Eu citei um exemplo porque é natural, é do dia a dia de cada um de nós. Se nós olharmos a economia partindo do princípio da atividade pecuária... Eu me lembro que quando cheguei ao estado, na região norte, nós dividíamos o que era vaca pantaneira, o que era vaca boiadeira e o que era vaca serrana. Para a vaca boiadeira se estabelecia o peso de nove arrobas, aproximadamente, e outra vaca de doze arrobas, essa era a média. Hoje quando você usa o termo e o peso dos animais, tem-se um aumento exponencial, por conta da pesquisa, por conta da genética, por conta do cruzamento industrial, por conta de vários fatores que foram incorporados na tecnologia. Há trinta, quarenta anos, antes do advento da própria soja, o estado era uma coisa, mas posteriormente, com a braquiária, com a soja, com as cultivares, as diferenciações, nós tivemos uma evolução muito grande na produção. Eu estou citando um item, mas observando que estão me gravando, lembrei que não vivemos mais sem o celular. Há vinte anos, eu era prefeito quando eu comprei o primeiro celular, era aquele patacão, era um tijolão o celular. Todo esse processo tecnológico demanda estudos, demanda investimentos, e é isso, a comissão tem que tratar disso e todas as outras matérias aqui da Casa vão passar de uma forma ou de outra pelo processo tecnológico. Por isso essa comissão foi criada, para que dentro desta Casa tenhamos a oportunidade, primeiramente, de acompanhar, e depois disseminar e popularizar o conhecimento científico para que chegue em todos os recantos, em todos os rincões, seja na aldeia indígena, seja na comunidade quilombola, ou dentro da universidade. E a popularização começa desde as palavras que se usa. A maioria das palavras utilizadas dentro desse processo tecnológico nós desconhecemos, nomes como metaverso, descarbonização, carbono zero, inteligência virtual, é muito complicado. Você fala isso e as pessoas não sabem, eu falo inclusive sobre mim mesmo. Eu tenho dificuldade de entender o palavreado utilizado. Então é preciso popularizar, porque senão daqui uns dias aqueles que estão desconectados não conseguirão interagir com os outros. Portanto, o grande objetivo da nossa comissão é fazer com que esta Casa de Leis tenha condição de acompanhar o processo de evolução e discutir onde foi dito. Eu achei extremamente interessante duas coisas que me foram ditas, primeiro pelo representante da OAB, que todo o processo tecnológico tem que ter o amparo da legalidade, e para ter o amparo da legalidade, tem que passar por um projeto de lei que regulamenta e tem que passar por um processo de discussão que, no âmbito da nossa competência, na Assembleia Legislativa, vai passar pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse é um ponto importante do objetivo da comissão. A



segunda coisa foi dita por um representante da Fundect: nós somos pródigos de gastar o dinheiro no conhecimento, mas nós também temos que fazer com que o conhecimento vire dinheiro e que o conhecimento vire nota fiscal. Esse é o grande objetivo porque é isso que gera, na verdade, a melhoria das condições da qualidade de vida das pessoas. Quem faz tudo isso, hoje, é a ciência e tecnologia, o mundo está mudando, muitas profissões existentes hoje, ao longo dos próximos vinte anos, serão extintas naturalmente. Eu me preocupo porque fiquei desatualizado, fora do exercício da atividade profissional por quase vinte anos e quando retornei vi a dificuldade que eu tinha de lidar com o processo tecnológico, porque existe hoje, deputada Gleice Jane, um programa chamado Watson, que na medida em que você atende o cliente, ele, posteriormente, traz a matéria que você tratou com uma petição pronta, citando todos os julgamentos dos tribunais. Antigamente a gente tinha que ter aquela biblioteca enorme e iniciava justamente olhando o que pensava o Tribunal de Justiça de São Paulo, o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, encontrando decisões análogas para a gente poder propor uma petição e estampar ali o entendimento, pelo menos o que era a maioria do entendimento, do pensamento jurídico do país com relação à matéria, mas hoje isso já vem pronto. Eu estou citando apenas alguns exemplos para dizer a importância desse tema e a importância de a Assembleia Legislativa estar junto, discutindo. Estamos chamando as universidades, as fundações, as empresas da iniciativa privada que desenvolvem o processo tecnológico que a gente até desconhece. Portanto, agradeço a esta Casa, aos membros da comissão que estão juntos nesse processo, deputado Roberto Hashioka, deputada Gleice Jane, e a todos aqueles que queiram participar junto conosco nesse processo. Concedo o aparte à deputada Gleice.

DEPUTAD GLEICE JANE (PT) — Deputado Junior Mochi, parabéns por essa iniciativa de criar essa comissão, de tratar a ciência e a tecnologia junto, mas também com diferença da educação. Acho que é importante a gente compreender que há proximidade, mas também há diferenças nesse processo. Ontem, quando participei do ato de posse e inauguração dessa comissão, me lembrei de quando eu ainda estudava na UEMS, que ela saiu da Educação e foi para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Posso dizer que foi o melhor momento que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul teve na história, porque ela conseguiu verticalizar o seu conhecimento, ela atraiu cientistas e pessoas para construir e fortalecer a ciência no Mato Grosso do Sul. Então tratar as universidades e todo esse processo dentro do contexto da ciência e da tecnologia é fundamental, mas eu penso que nós também temos que ampliar esse debate para além da economia, e acho fundamental que no espaço da Assembleia e da política também se traga a ciência como um horizonte para os nossos projetos, para os nossos debates. Para isso é importante a gente incluir ciências políticas, sociais e humanas, e conseguir compreender o ser humano de um modo geral, por que todas essas ciências são fundamentais. No processo econômico, como disse o representante da Fundect, a gente investe, e eu entendo que todo o processo em ciência não é gasto, mas investimento. Quando se investe em ciência e educação, nós não gastamos, mas estamos investindo em conhecimento, investindo nas pessoas e esse retorno sempre é muito bem-vindo para o estado e para a população. Quero citar aqui também a importância que foi a ciência e a tecnologia no processo da Covid-19, porque se não fosse a ciência estar tão bem articulada, talvez



estivéssemos até hoje sem poder trabalhar. Vejam o quão importante foi a tecnologia nesse processo, o que nos garantiu o trabalho ainda que à distância. Quero reforçar a importância das ciências humanas e sociais neste momento em que a gente vive uma realidade paralela com tantas fakes news. Às vezes a gente encontra algumas pessoas para conversar e elas têm dificuldade em saber o que é real e o que é inverdade. Recentemente, nós fizemos esse debate aqui dentro do Plenário, levantando a questão de como saber o que é e o que não é uma verdade, e a ciência é a resposta para isso. Então, fortalecer, investir na ciência é uma alternativa para garantir uma sociedade justa, igualitária, com respeito e sabedora das suas ações. Ontem tivemos aqui um momento importante de começo desses trabalhos e quero dizer que eu sou parceira. Na dúvida entre a educação, a ciência e tecnologia, eu quero ficar nas duas comissões, porque ambas são importantes para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. Obrigada.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu agradeço o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. Acho que a senhora fez a colocação dessa inclusão, não é inclusão, nós aqui às vezes que fazemos uma análise rápida da questão econômica para ficar mais fácil a demonstração da importância, mas é extremamente importante que a gente também inclua as relações humanas, como é que nós vivemos hoje, as ciências sociais, políticas, enfim, tudo isso dentro desse processo tecnológico. Meu caro amigo deputado Professor Rinaldo, vice-presidente da comissão, nós na verdade invertemos, ele é o atual presidente da Comissão de Educação e eu sou vice, virei o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia e ele o vice-presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Junior Mochi, só para corroborar com a fala de Vossa Excelência e com o aparte da deputada Gleice Jane. A tecnologia e a ciência são fundamentais no desenvolvimento da nossa sociedade. Ontem, na inauguração da comissão, lembramos que os países que foram destruídos pelas guerras hoje são países poderosos porque investiram em ciência e tecnologia, e tudo é educação. Eu fiz questão de fazer esse aparte para convidar os membros titulares da Comissão de Educação, para reunião hoje, às quatorze horas, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Tenho um outro tema para apresentar, mas vou deixar para amanhã por causa do tempo. É um tema que eu tenho trazido a esta tribuna desde o início deste ano legislativo. No último dia 30, nós viemos aqui discutir novamente a questão da relicitação da BR-163, sobre a possibilidade da retomada da concessão pelo estado, ou seja, que houvesse uma gestão para a delegação, por parte do Dnit, da concessão da rodovia, mercê do que aconteceu no estado de Mato Grosso e fui surpreendido, já que a ANTT prorrogou por dois anos a nova licitação da BR-163. Esse é o prêmio para quem não cumpre o contrato: o contrato de concessão estabelece obrigações, a empresa concessionária não as cumpre e no entanto recebe, por parte da União e da Agência Nacional de Transporte Terrestre, a renovação da sua concessão por dois anos, até que tenha uma discussão melhor. É importante ressaltar que ela própria demonstra os valores que recebe com relação aos pedágios e entende que o seu faturamento líquido é muito



aquém do desejado. Esses dados estão todos expostos, são públicos, mas eu faço questão de trazer de novo a esta tribuna para entendermos que dessa forma que está, não dá. Eu acho que tem que haver uma união da nossa bancada federal, juntamente com a bancada estadual, para que a gente tenha realmente uma definição com relação à BR-163. Quero lembrar que muitas vidas estão sendo ceifadas pelo não cumprimento pela concessão da concessionária da execução da duplicação, tanto no trecho que vem de Sonora até Campo Grande, quanto no segundo trecho de Campo Grande/Dourados/ Dourados/Mundo Novo, que é pior ainda porque o tráfego é maior e a execução da duplicação praticamente inexistiu. Deputado Pedro Pedrossian, nós temos um minuto para concluir.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas parabenizar Vossa Excelência por trazer dois temas importantíssimos para esta Casa de Leis. Versando sobre o último tema, a questão da BR-163, eu acho que essa notícia é muito preocupante porque mostra que a ANTT não tem pulso para fazer essa discussão como deveria e está sendo leniente diante de inúmeros descumprimentos do contrato de concessão, passando a mão na cabeça do concessionário que está deixando de investir, que está causando tantas mortes, que está fazendo com que o Mato Grosso do Sul tenha tantos prejuízos por conta dessa não duplicação e do não cumprimento do contrato de concessão. Diante desse quadro, eu penso que nós precisamos formar um grupo e até conversar com o governador Eduardo Riedel para que o estado de Mato Grosso do Sul venha avocar essa licitação e fazer por aqui pelo estado. Sei que o governador é simpático a essa ideia, sei que ele está cuidando desse tema de perto, tem coragem para fazer esse enfrentamento e aproveito para parabenizá-lo pelo trabalho na condução do nosso estado. Inclusive quero propor uma moção de congratulação, em nome desta Casa, ao governador Eduardo Riedel que está fazendo aniversário na data de hoje e orgulhando os sul-mato-grossenses pelo grande mandato que está fazendo no nosso estado. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Encerro aqui o meu pronunciamento, mas antes quero registrar e cumprimentar a presença do vereador Marcinho, de Coxim, que está aqui prestigiando a nossa Sessão. Muito obrigado pela oportunidade, senhor presidente e senhores deputados.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 109/2023. Autor: deputado Jamilson Name. "Denomina Antero de Moraes o trecho localizado na rodovia MS-472, compreendido entre o município de Bela Vista até a Barra do Caracol". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 109/2023, de autoria do deputado Jamilson Name.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).



Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name, autor do projeto?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zeca do PT? Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 123/2023. Autor: deputado Renato Câmara. "Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação clara e visível dos produtos que contenham glúten, nos cardápios dos estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul". Como autor do projeto, eu gostaria de retirar de pauta o Item 2 da votação. Item 3. Em discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 138/2023. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Dispõe sobre o cadastro estadual de bicicletas e seus proprietários, no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 138/2023, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João César Matogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira ?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Ausente. Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro? Ausente. Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, só para dizer da importância desse projeto. Há uma lei, de minha autoria, a Lei nº 4674, de 21 de Maio de 2015, que institui a política de incentivo ao uso da bicicleta como modo de mobilidade urbana, e dá outras providências. Sei que nós estamos votando a constitucionalidade, mas quero cumprimentar a iniciativa do colega, até para evitar alguns roubos. Voto sim

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o Deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, se for pela constitucionalidade, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota deputado Zeca do PT? Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SENHOR SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, vinte e quatro indicações, cinco moções de congratulação e mais uma moção que foi incluída, do deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam como se



encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que sejam encaminhadas moções de pesar, propostas pela Casa, em razão do falecimento do senhor Gilberto Maciel Nogueira; da senhora Hermenegilda Resende Pereira, mãe do deputado federal Geraldo Rezende; da senhora Izolita Ferreira; da senhora Izabel Maria da Silva; da senhora Zilá Ramos Amaducci. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar, proposta pelo Deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Jorge Augusto Rivairola Saito; do Senhor Tiago de Lima Monção. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Alysson Paolinelli. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar a presença dos vereadores de Paraíso das Águas, Fio do Povo e Neife. Satisfação em recebê-los aqui.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Também agradecer a presença dos vereadores do município de Batayporã, Maurício Ribeiro e Diego Ricardy; do vereador do município de Itaquiraí, Antônio Zuza; do vereador do município de Coxim, Márcio Barbosa de Souza. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira, que disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, eu gostaria de chamar atenção dos deputados que representam a bancada de Dourados para essa fala. Estou apresentando, deputado Zé Teixeira, um requerimento ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul, endereçado ao promotor de justiça Doutor Ricardo Rotuno, para obter informações sobre a investigação sobre os oito milhões e setecentos mil reais que foram investidos pela atual administração municipal para aquisição de kits de robótica. A aquisição desses kits de robótica que foi feita no nordeste e que a Prefeitura de Dourados pegou carona na aquisição dos mesmos, virou escândalo nacional. É um dinheiro considerável, são quase nove milhões, deputado Renato Câmara, que também compõe a nossa bancada. Nós estamos apresentando um requerimento porque o Ministério Público Federal recebeu o relatório do vereador Fábio Luiz, logo depois de uma CPI que foi instaurada na Câmara de Vereadores de Dourados, pontuando uma série de irregularidades na

aquisição desses kits, um claro esquema de corrupção. O MPF encaminhou esse relatório ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul, solicitando que seja investigada essa aquisição. Vale destacar que a empresa Magalique LTDA, sediada em Maceió, é suspeita de ter participado de ilícitos ocorridos na aquisição desses kits. Isso tudo foi uma carta de adesão a uma licitação que ocorreu no município de Delmiro Gouveia, no interior de Alagoas, e logo depois a Prefeitura de Dourados, sob a alegação de que eram recursos próprios, acabou pegando carona na compra desses kits. E aí a gente vem numa situação mais grave ainda, em um momento em que Dourados vive um desmonte na educação. As salas necessárias para que essas aulas de robótica fossem ministradas, as escolas não tinham, e logo depois que esse escândalo veio à tona, a administração municipal, de uma forma rápida, tentou construir essas salas com uma estrutura totalmente incompatível. A gente também vê nesse desmonte os professores perdendo os seus direitos trabalhistas de muitos anos. Então, nós estamos apresentando esse requerimento hoje, para que o doutor Ricardo Rotundo, promotor de Justiça de Dourados, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, possa nos informar em que pé está essa investigação, porque as denúncias de um suposto esquema de corrupção e de desvio de dinheiro público, dinheiro do povo, são muito graves.

DEPUTADA CLEICE JANE (PT) — Deputada Lia, permita-me um aparte.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputada.

DEPUTADA CLEICE JANE (PT) — Quero dizer que uma das primeiras denúncias feitas no Ministério Público Estadual, foi minha e nela eu já questionava o alto valor dos kits, mesmo porque não existe, no Brasil, qualquer kit que tenha esse valor que a prefeitura pagou. O valor pago era muito acima, mas não era um pouquinho, era muito acima dos kits mais caros que a gente encontrava na internet, e não existia, dentro do programa de compras, um projeto do que seria feito com eles, não existia estrutura nas escolas, não existia uma demanda da educação que comprovasse que os kits seriam importantes, ou mais importantes do que outras questões dentro das escolas. Não eram os kits que iriam fazer a transformação da educação em Dourados. Os kits em robótica são importantes? Eu considero que sim. Trabalhar robótica na escola é importante? Eu tenho pleno acordo e defendo que esse trabalho seja realizado, mas que seja de maneira séria, que as escolas consigam realmente desenvolver conhecimento, mas o que aconteceu em Dourados foi compra dentro de um grande esquema que está sendo anunciado no Brasil inteiro, é o mesmo valor que se pagou dentro do esquema nacional. Nós fizemos uma denúncia ao Ministério Público e a resposta é que já havia uma outra investigação. Eu acho estranho, deputada Lia, porque eu fui a primeira a trazer isso à tona, fui a primeira a levantar isso como um problema, nas mídias, fui a primeira a redigir o texto. Sei também que, posteriormente, várias professoras também fizeram essa mesma denúncia junto comigo, mas o Ministério Público disse que havia um processo de investigação e até hoje nós não temos informação do que realmente está sendo investigado, de como está o processo de investigação desse kit. Acho realmente muito importante que o Ministério Público faça esse trabalho de investigação e que se atrele,



porque uma das estratégias colocadas, num primeiro momento, é que esse recurso vinha do Fundeb, era recurso federal, e quando a gente levantou a situação, no dia seguinte apareceu que não era mais do Fundeb, era outro recurso que estavam utilizando. Tudo isso para poder fugir inclusive desse debate do Ministério Público Federal e tudo mais. Então é importante que esse caso seja esclarecido para nós. Tenho pleno acordo com a sua colocação aqui.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito obrigada, deputada. Foi justamente esse o ponto que nos chamou atenção. De início, deputado Renato Câmara, o senhor estava acompanhando esse caso também, a administração municipal alegou que era recurso federal, mas logo depois de uma estratégia disseram que a aquisição partiu de recursos do município, e por isso o relatório do vereador Fábio Luiz, um relatório em separado da CPI, que não deu em nada, porque a maior parte da Câmara de Vereadores pertence à bancada da situação do prefeito Alan Guedes. Ele então apresentou um relatório à parte, ao Ministério Público Federal, que elencou uma série de irregularidades e aí, sim, o MPF encaminha ao MPE, porque era recurso do município. Então, o que nós queremos saber é de que forma isso foi investido, se realmente há irregularidades, e se Dourados pegou uma carona no suposto esquema de corrupção em nível nacional para que os responsáveis por isso sejam condenados na forma mais pesada da lei, tanto o prefeito, quanto a secretária de Educação de Dourados. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h26min).